

JORNAL DO BRASIL

Diretor: Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

Convergência de Contrários

As galerias da Câmara e do Senado fizeram a festa na posse dos Deputados e Senadores eleitos a 15 de novembro. Há testemunho de que foi a maior festa política já vista em Brasília, desde que o Congresso para lá se transferiu. Não foi certamente por acaso: a 47ª Legislatura está destinada a virar uma página na vida brasileira e integrar o passado — este sim — irreversível à nossa História.

A cerimônia vivida pelos novos Senadores e Deputados foi compartilhada por uma platéia numerosa que teve a presença representativa de delegações de muitos Estados. Houve alguma coisa de um Brasil que recomeça, mas também sinais de um país que começa a existir num novo plano de consciência política. O país é outro, como se costuma dizer sobre sua economia industrializada. Faltava-lhe, porém, a identidade democrática. A sociedade foi encontrá-la nas últimas eleições. O peso decisivamente moderado que transpareceu na preferência dos eleitores atesta o grau de amadurecimento político das aspirações democráticas brasileiras.

A repulsa aos extremos, manifestada na vitória de nomes identificados com o espírito negociador e conciliador, foi a marca das eleições de 15 de novembro, também transcorridas numa festa cívica sem precedente. Foi um bom augúrio político, confirmado agora no bom começo do Congresso.

Houve vaias e aplausos na cerimônia de juramento dos eleitos. Não há excesso nesse tipo de manifestação. O aspecto que ressalta com mais vigor é o da participação e do entusiasmo. Cidadãos que se deslocaram para presenciar a cerimônia dão a medida da disposição brasileira de viver intensamente o novo período que se abre ao país, na convicção democrática que nunca foi mais arraigada.

Entrelaçaram-se o desejo de viver dentro da lei e a possibilidade de se resolverem por entendimento as grandes dificuldades nacionais: o senso de responsabilidade e o espírito de sacrifício associam-se politicamente num tácito compromisso democrático, natural e espontâneo.

Haverá quem preferisse ver proibidas as vaias como forma coletiva de manifestação política, por indignas de um regime democrático. Será, porém, excesso de zelo e formalismo, porque o exercício da representação política entre nós precisava reaproximar-se da sociedade e teria um

preço a pagar. A redução da distância entre o eleito e o eleitor vive uma fase de adaptação. As vaias e os aplausos na cerimônia de juramento da Constituição pelos 479 Deputados e 25 Senadores eleitos tiveram o sentido episódico de uma atitude que se esgotou na hora. Vaiados e aplaudidos souberam distinguir com tolerância uma forma de apreço pela democracia e a nova responsabilidade política assumida pelo Congresso.

Símbolo do espírito inglês durante a guerra, Winston Churchill fez a campanha eleitoral de 45 ainda na condição de Primeiro-Ministro sob os louros da vitória, e recebeu uma estrondosa manifestação de desgosto político. "Feliz do povo que pode vaiar seus governantes" — afirmou, mais como reflexão do que como resposta. É por isso que não se pode questionar a natureza democrática do regime inglês quaisquer que sejam outras restrições que se lhe façam.

No primeiro encontro dos eleitos, o espetáculo do juramento constitucional testemunhou mais do que as palavras formais da cerimônia podem significar. As figuras controvertidas da divergência política profunda no passado recente foram apresentadas umas às outras através de um ato democrático. O contraste entre o Deputado Sebastião Rodrigues de Moura, do PDS do Pará, e o Deputado José Genoíno Neto, do PT de São Paulo, trocou a moldura da guerrilha do Araguaia pelo plenário da Câmara dos Deputados. Nada impede que exerçam a mais intransigente divergência política e ideológica, desde que municiados de argumentos e armados apenas para a luta de idéias.

É bom que esse passado obscuro e censurado de que está saindo o Brasil tenha sobreviventes para testemunhar a superioridade dos métodos democráticos sobre a ação armada — que nunca foi meio adequado de se acabar com injustiças sem gerar outras injustiças — e sobre a repressão também armada por um instinto igual e contrário.

Todas as divergências cabem no espaço de uma democracia, que é regime naturalmente apto a decantar o falso e o verdadeiro, o aparente e o real, a demagogia e a democracia. A prova é que, depois de tudo que o Brasil viveu e quer esquecer, acaba voltando ao único caminho capaz de reduzir as diferenças a um convívio. Aceita-se a divergência como o exercício da lealdade devida ao regime.